

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DO POPULISMO

METODOLOGICAL ASSUMPTION OF POPULISM

Leonardo Sartoretto¹

Resumo: O presente trabalho procura investigar o conceito de populismo aprofundando a análise chasineana que o concebe como um tipo ideal. Construído mediante um largo processo temporal, que parte de preocupações com a particularidade da modernização capitalista das relações de classe na América Latina, o conceito vai encontrar em Francisco Weffort uma sistematização que o consolidará enquanto agrupamento individual elencado pelos valores do pesquisador, tal como orienta Weber. Assim, a crítica de raiz metodológica percebe que o conceito se localiza dentro do horizonte liberal, uma vez que suas análises parametram a realidade pela antinomia entre sociedade civil e Estado, onde o populismo, irracional por não se apresentar conformado pelas instituições intermediárias clássicas da democracia liberal, é visto como culto ao poder carismático e demagógico do líder estatal.

Palavras-chave: Tipo ideal. Weffort. Chave liberal de leitura negativa. Crítica metodológica.

Abstract: The present work seeks to investigate the concept of populism by chasinean analysis that conceives it as an ideal type. Constructed through a broad temporal process, which starts from preoccupations with the particularity of the capitalist modernization of class relations in Latin America, the concept will find in Francisco Weffort a systematization that will consolidate it as an individual grouping that is highlighted by the values of the researcher, as Weber points out. Thus, the criticism of the methodological root perceives that the concept is located within the liberal horizon, since its analyzes determine the reality by the antinomy between civil society and State, where the populism, irrational for not being conformed by the classic intermediary institutions of democracy liberal, is seen as worship of the charismatic and demagogic power of the state leader.

Keywords: Ideal type. Weffort. Negative reading liberal key. Methodological criticism.

CONTEXTUALIZAÇÃO E A ELABORAÇÃO DO CONCEITO EM SEUS TRAÇOS CENTRAIS

Encontra-se na literatura crítica sobre o populismo com relativa facilidade, o que é feito de uma maneira até eufemística, indicações sobre seu caráter polissêmico, quando não menos pelo fato de que existem diferentes modalidades históricas de análise empregadas sob o mesmo termo. Também entre seus adeptos podemos encontrar essa referência sem que, contudo, aqueles que a façam deixem de adotá-lo. Muitas vezes é apontada, inclusive, como uma qualidade, a capacidade que teria de abarcar diversos objetos de um fôlego só. Não menos importante é o lócus privilegiado de análise à que a teoria se restringe para talhar o conceito, tomando o concreto apenas parcialmente em sua riqueza de determinações, o que lhe confere uma estrutura politicista. De mesmo porte em seu conteúdo é a crítica feita à aliança de classes do Partido Comunista

¹ Cientista Político e doutorando em Ciências Sociais, pela UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. E-mail: leonardosartoretto@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-8888-9761>.



Brasileiro durante os anos 1930-1964, à qual aqueles que professam a análise populista acusam de não terem percebido que a organização histórica da realidade brasileira se realizava antes sob um princípio de massa e não de classe. Em suma, a problemática que a investigação do conceito levanta é bastante diversa, embora tais questões estejam intimamente articuladas sob uma base epistemológica comum. É precisamente sob esse corpo teórico-metodológico que nossa crítica versará neste artigo. Entretanto, faz-se necessário, brevemente, delimitarmos o conteúdo do conceito em sua variante desenvolvida pela escola sociológica paulista, que tornou clássica sua aplicação.

Há todo um delineamento processual percorrido pela teoria do populismo até que o conceito atinja maturidade suficiente para reivindicar a explicação do amplo e delicado período da política brasileira vigente entre 1930 e 1964. Trata-se, talvez, do momento mais decisivo e impactante, em termos estruturais, para a formação social brasileira, pelo legado político e institucional deixado, principalmente pelo projeto varguista de industrialização do país. Lembramos que então figurava um cenário onde o destino nacional, colocado em xeque em sua orientação exclusivista agrário-exportadora pela relativa desorganização da divisão internacional do trabalho afetada pelas duas Grandes Guerras e pela crise de 1929, vivia momentos decisivos.

Torna-se impossível deixar de abordar, ainda que sumariamente, o tipo de regime político vigente - umbilicalmente ligado à sua proposta de desenvolvimento econômico - que a interpretação populista pretende abarcar. Assim, um projeto desenvolvimentista, que lança mão de largo planejamento e de reforçada intervenção estatal enquanto caminho para uma industrialização maciça, proposta como a única saída para a condição do subdesenvolvimento periférico, é o caracterizador geral desse momento histórico brasileiro. Sendo gestado após a tomada do poder pela Aliança Liberal em 1930, é durante a ditadura estadonovista (1930-1937) que ganha contornos de projeto consciente (CORSI, 2000), para prosseguir caminho, embora sob outras roupagens, nos governos que lhe sucedem. Promovendo reformas importantes na economia, os governos de Kubitschek, novamente Vargas e depois João Goulart ganham uma popularidade inédita na história presidencialista, o que os torna muito aclamados por amplos setores sociais, refletindo na fragilidade do sistema político partidário tradicionalmente conhecido. É claro que em essência essa processualidade histórica expressa um brutal crescimento da desigualdade social, um constante rearranjo político das frações da classe dominante já que é efetivado autocraticamente, isto é, sem socializar a política com a classe trabalhadora, antes reprimindo sua vanguarda barbaramente com auxílio constante das forças armadas, e por meio de reincidentes rearranjos políticos que se restringem ao setor interno da classe dominante burguesa (MAZZEO, 1999). Nesses termos, o desenvolvimento capitalista é levado a cabo independentemente se a única forma possível de realizá-lo é aumentando colossalmente a dívida externa e

comprometendo irreversivelmente as contas públicas do país. O resultado não podia deixar de ser a inserção do país dentro da divisão internacional do trabalho numa nova forma colonial de dependência (PRADO JUNIOR, 1966), isto é, mesmo que tendo estimulado alguns setores industriais, o fez de tal modo que não apenas manteve sua estrutura agrária latifundiária, como também jamais deixou de abandonar sua postura agrário-exportadora, subalterna aos interesses do capital estrangeiro, sempre aceite como condição necessária para o funcionamento do capitalismo interno.

A peculiaridade consiste em que de toda a complexidade societal exposta o que emerge ao olhar da analítica paulista é que a modernização da sociedade tradicional, em desagregação, ocorre mediante um dinamismo bastante defeituoso, e o tipo de democracia implantada responderia a uma política típica de país atrasado, com instituições sociais pouco maduras e respeitadas, dado o caráter amorfo das classes sociais. O que em teoria deveria ter sido um desenvolvimento promovido por atores conscientes e empreendedores, localizados dentro da sociedade civil competitiva, se mostrou um processo monopolizado pelo Estado, dirigido por um líder político que tende a exacerbar-se captando a base da legitimidade no setor popular, já que as classes sociais são impotentes. O resultado decorrente é o populismo, um “vazio no poder” que torna necessário um “Estado de compromisso” onde as massas se tornariam um novo parceiro no jogo de poder em troca de concessões, embora de forma passiva, ao passo que para cobrir a ausência de hegemonia de qualquer classe, os líderes carismático-populistas manipularam esse pacto *faccioso* de forma embusteira, sustentando assim o novo tipo de democracia burguesa. Como apontam Assunção e Sartório, “dominação torna-se mera questão de manipulação, conseguida por meio da atribuição de uma falsa consciência” (2008, p. 142). Mas essas questões que dizem respeito à forma como a teoria populista lê a realidade respondem, por sua vez, ao processo de formação do conceito. Vejamos seus momentos decisivos, antes de entrarmos propriamente no exame do seu sujeito indagativo que é o responsável pela amplitude ou limite da natureza que o conhecimento obtido pela aplicação do conceito pode proporcionar.

Legatário da teoria da modernização, expressiva em Gino Germani, a teoria do populismo herda seu problema central quando busca compreender porque a dissolução dos laços tradicionais na América Latina não seguiu os mesmos moldes do parlamentarismo liberal europeu. Adota, identicamente, sua explicação de que, durante a transição, os camponeses expropriados traziam consigo para a industrialização todo o mundo cultural agrário em suas mentalidades, sendo os responsáveis pela constituição de um proletariado muito particular, sem organização política classista, condicionado como “massa” (FERREIRA, 2001).

De outro lado, a revolução de 1930 teria germinado um período histórico onde a crise de hegemonia dos grupos agrário-exportadores se prolongaria no

tempo, ocasionando sérios problemas para a direção política que, no entanto, seriam contornados com o aparecimento de líderes políticos capazes de exercer essa função dirigente através da manipulação daquelas massas pelo carisma. Eis como intelectuais do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), surgido em 1953, identificavam o contexto (GOMES, 2001).

Bebendo ainda em fonte de interpretação sociológica sobre o movimento operário e sindical, a teoria do populismo compactuaria da ideia de que nas duas primeiras décadas do século XX a atuação desses movimentos eivados de elementos anarquistas teria constituído um contraponto de autonomia e caráter revolucionário quando comparado com seu desdobramento após 1930, momento em que seriam enquadrados na burocracia corporativista e estariam acomodados às benesses estatais (FERREIRA, 2001).

Como que captando numa fusão poderosa todos esses diagnósticos sobre a situação das classes sociais na América Latina e, em especial, após a subida de Vargas ao centro político, Francisco Weffort, impulsionado pela necessidade de explicar o golpe de 1964 realizado sem qualquer contestação popular, efetua a síntese que dará toda a autoridade posterior ao conceito de populismo. Populismo passa então a ser a expressão da participação popular na política como uma relação entre indivíduos isolados e o poder, mesmo que, paradoxalmente, esses indivíduos apresentem-se enquanto massa, assim “o populismo é, essencialmente, a exaltação do poder público, é o próprio Estado colocando-se por meio do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos em massa” (WEFFORT, 2003, p. 28).

Em razão disso, a ausência de partidos capazes de viabilizar os descontentamentos sociais por canais autônomos faz Weffort assinalar que “todas as classes sociais brasileiras foram politicamente passivas nos decênios posteriores à Revolução de 1930” (Ibid, p. 80). A incapacidade de auto-representação não apenas das massas, mas também dos próprios grupos dominantes estaria na raiz da forma política na qual prevalece o poder pessoal do líder carismático. Disso ainda se deduz que não há grupo ou classe capaz de impor seus interesses ao conjunto da nação, logo não há hegemonia. Ou melhor, ela existe apenas enquanto hegemonia de um único indivíduo: o líder populista. Essa leitura equivocada de Gramsci realizada por Weffort, que não vê problemas em mesclar Marx e Weber, fá-lo desembocar numa democracia muito particular onde “o chefe do Estado passará a atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso que, inicialmente formada pelos interesses dominantes, deverá contar agora com um novo parceiro – as massas populares urbanas” (Ibid, p. 78).

Octavio Ianni estabelece uma contribuição semelhante à estruturação do conceito quando elenca as variantes populistas existentes conforme sua aplicação á

distintos casos históricos, tais como o getulismo no Brasil, peronismo na Argentina, aprismo no Peru, cardenismo no México, etc. Ademais, é em Ianni também que a teoria vai ganhar sua maior proximidade (e o grau dessa ocorrência será investigado na próxima seção) para com a teoria marxista na medida em que o sociólogo procura calcar suas análises sobre possíveis antagonismos de classe, pautados no desenvolvimento econômico, ou seja, na industrialização de cada caso, entendendo que “o desenvolvimento desigual e combinado é inerente tanto ao conjunto da América Latina como a cada um de seus países, considerado isoladamente” (IANNI, 1991, p. 14). Ressalte-se, por último, que mesmo dentro desse quadro de terminologia marxista, a ótica investigativa do conceito jamais deixa de se orientar pelo pressuposto de que a particularidade fundamental do caso latino-americano é que ao modernizarem suas estruturas produtivas, transformou-se também a “própria fisionomia do aparelho estatal e, por consequência, modificou-se o relacionamento do Estado com a sociedade” (Ibid, p.11).

Em linhas gerais, os marcos centrais da teoria do populismo, em especial sua configuração clássica estipulada por Weffort², são os seguintes: a identificação entre a origem de classe e o comportamento político faz com que os antigos camponeses apareçam na política enquanto agregado amorfo ou como massa, destituídos do caráter de classe. A ausência de partidos de representação tradicional faz a fraqueza de todas as classes, de um lado, e a intimidade entre massas e poder político, de outro, o que resulta na restrição ao líder populista da capacidade de gerar hegemonia mediante a manipulação das massas pela sua capacidade carismática, compondo o espaço de domínio aberto pela fragilidade dos grupos dominantes. O “vácuo de poder” gerado, faz com o líder tenha de se voltar para as massas e retirar delas a legitimidade necessária, perfazendo um genuíno “Estado de compromisso”. Ou ainda, se quisermos definir num rápido bosquejo, o populismo seria uma política e uma ideologia pequeno-burguesa, própria de uma classe de transição, que torna os indivíduos incompatíveis com a assimilação em classe a não ser quando organizadas por um líder exterior à elas. Nas palavras da máxima expressiva de Weffort “o populismo é necessariamente impreciso; no dia que o populismo ficar bem definido, ele deixa de existir” (2004, p. 166-167).

UM TIPO IDEAL: CHAVE LIBERAL NEGATIVA

A definição que faz do populismo um fenômeno “necessariamente impreciso” é uma decorrência necessária de uma base epistemológica bastante precisa, e nisso não reside qualquer paradoxo, senão antinomias, oposições rígidas, insuperáveis. Nesse sentido, compreendemos que o conceito de populismo é um construto intelectual,

² Os principais artigos aqui referenciados à discussão do populismo por Weffort são “Política de massas” (1963), “Estado e massas no Brasil” (1965) e “O populismo na política brasileira” (1967). Todos eles encontram-se compilados no livro *O populismo na política brasileira* (2003).

isto é, um tipo ideal. Entretanto, é preciso expressar com clareza o que isto significa, empreendimento complexo, porém extremamente necessário se se deseja desvelar a natureza do conceito. O ponto de partida é a vigorosa crítica do filósofo José Chásin, que a examina dentro de um conjunto maior de teorias³ que postulam a análise da realidade a partir de arquétipos formais:

Por essa via, mas comprometida pelas raízes, a teoria do populismo, não menos do que as outras fórmulas do seu quadro de articulação conceitual, não ultrapassa a mera condição de operador na abstratividade, algo como uma *berança muito curiosa e tardia da conduta própria às ciências do espírito* que reinaram no começo do século [XX]. Construções intelectuais que primavam por tomar impulso em *referências empíricas insuficientes*, para muito além das quais era estabelecida uma abstração todo-poderosa e a partir da qual a realidade era arbitrariamente deduzida. É por rumos desse tipo que tudo cabe no conceito deformador de populismo, desde a figura de Getúlio Vargas até lapsos de João Figueiredo, passando por todo um elenco de governantes pretendentes ao poder do continente latino-americano e até mesmo de outras paragens. Tão extenso quanto vago, (...) um fruxismo tipo-ideal, que para se enformar no âmbito mais geral partiu de uma atrocidade, perpetrando o embaralhamento de eventos históricos específicos como o movimento dos granjeiros norte-americanos, o *norodnichestvo* russo e fenômenos urbano-industriais diversos da periferia do sistema do capital. (CHÁSIN, 1989, p. 134, grifos nossos)

No que constata a orientação metodológica da qual parte o conceito, a referência remete claramente às ciências do espírito. Trata-se de uma tradição filosófica que tem sua raiz em Immanuel Kant e que vai encontrar outro momento grandioso de elaboração teórica em Max Weber. Partindo da epistemologia kantiana onde as antinomias, as rigorosas distinções duais, representam um elemento central (KOFLEK, 2010), a realidade é concebida como um caos fenomenológico de infinita diversidade, impossível de ser captado em si. Desta forma, por exemplo, a essência da realidade estaria vedada ao conhecimento do pesquisador. Somada a esta primeira, outra influência, muito mais sutil, viria reforçar esse padrão analítico do pensamento weberiano: Nietzsche, à qual ele partilha da negativa em conceber uma imanência de ordenação valorativa entre os homens. Contudo, segundo Gabriel Cohn, profundo conhecedor da teoria weberiana, uma diferença seria marcante na distinção entre os dois intelectuais alemães: ao passo que Nietzsche submete tudo à experiência do pensamento, negando qualquer esforço para a elaboração de um sistema, desembocando no irracionalismo, “Weber para num ponto, que é o da validade do empreendimento científico metódico e racional” (1979, p. 106).

³ Segundo Chásin, a necessidade de desconstrução teórica do populismo estaria conformada por um “quadripede teórico” composto dela mesma, da teoria da dependência, do autoritarismo e da marginalidade, todos eles instrumentos que pautariam a análise da concreticidade pelo “olhar representativo que desintegra a unidade humano-societária concretamente existente; golpe de vista que desfaz o sensível para ‘refazê-lo’ a partir de tipos-ideais, oferecendo em lugar do ser-precisamente-assim das coisas, o rearranjo subjetivo dos fenômenos pulverizados” (1989, p. 120-121).

Em seus desdobramentos, a tarefa científica encontra-se subsumida aos valores, daí ciência e política serem duas vocações distintas que não devem se interpenetrar. Não apenas a ciência serve aos valores, como essa é a única condição para sua validade, para que exista a possibilidade objetiva de aprender algumas conexões reais. Temos, portanto, no ideário weberiano um tipo muito singular de empreendimento científico. Se esse tipo possível de conhecimento não pode ensejar leis gerais, ele alcança, contudo, a compreensão de “(hipotéticas) ‘leis’, como meios heurísticos, mas unicamente como tal” (WEBER, 2003, p. 33-34): conhecimento nomológico, isto é, das tendências que apresentam os indivíduos a repetir a relação entre motivos que orientam e a ação própria de suas ações. É nesse ponto que surge no sistema social weberiano a possibilidade de captar o caráter singular de um fenômeno, de tornar cognoscíveis traços da realidade empírica, precisamente a tarefa do homem de ciência – sem que daí possa ser extraída qualquer orientação para conduta política. Localiza-se aí o empreendimento ordenador da realidade que Weber intitula de tipo ideal.

O tipo ideal pode ser apresentado como um instrumento metodológico caracterizador, que elenca certos atributos da realidade empírica e os suspendem enquanto qualidades do objeto em análise. Mas, ao lembrar que a realidade empírica é infinita e não passível de ser hierarquizada em seus valores, o acesso a ela mediante o tipo ideal só pode ocorrer quando sua construção tem como parâmetro problemas que são significativos para os pesquisador, ou seja, os traços constitutivos do tipo ideal vão ser elencados pelo agente de pesquisa de acordo com “relações tornadas importantes pela sua vinculação a ideias de valor” (WEBER, 2003, p. 34). Dito em termos mais claros, o tipo ideal postula o procedimento de adequação da realidade investigada ao conceito construído, que é feito segundo as significações de quem investiga, o que é considerado como necessário em meio a “realidade irracional da vida” (Ibid, p. 73) e não do construto ideal como resultado aproximado do movimento concreto da realidade. Para evitar qualquer tipo de confusão quanto ao sentido do que propõe o autor de *Economia e Sociedade*, obra de referência do pensamento sociológico do século XX, requisitemos sua proposição:

trata-se de um quadro do pensamento, e não da realidade histórica, e muito menos da realidade “autêntica”, e não serve de esquema no qual se pudesse incluir a realidade à maneira de exemplar. Tem antes o significado de um conceito puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada. Tais conceitos são imagens sobre as quais construímos relações, pela utilização da categoria da possibilidade objetiva, que a nossa imaginação, formada e orientada segundo a realidade, julga adequadas. (WEBER, 2003, p. 53)

Torna-se, assim, mais detalhado o apontamento chasineano às “referências empíricas insuficientes” das quais parte o tipo ideal para delas deduzir a complexidade do real. Mas então quais são os traços seletivos que o populismo enquanto conceito retira da realidade para caracterizar toda a vasta gama de fenômenos que se apresentam na política brasileira entre 1930 e 1964, e que mais tarde vão ser utilizados para muito além desse período, procedimento em total acordo com a função analítica a que se propõe o tipo? E porque nossa indicação feita acima de que o conceito serve como chave de leitura negativa designando um horizonte interpretativo que se coloca dentro da visão de mundo liberal? Vejamos essas questões mais de perto.

Seria necessário, elementarmente, entender o substrato da seguinte afirmação feita por Weffort: “nesta democracia, em que a raiz efetiva do poder é a massa, estamos longe do tipo descrito por Tocqueville a partir de suas observações sobre os Estados Unidos do século XIX. Do mesmo modo, estamos distantes do modelo apresentado por Lipset” (2003, p. 58-59). Apesar da clareza com que o autor expõe a concepção tipológica, quando não da utilização de modelos, há mais a ser dito. O próprio pensamento de Lipset⁴ se orienta para a proposição de que a ciência política tome para si, como “tarefa intelectual substantiva” (2012, p. 243), dar continuidade aos esforços de Weber e, com especial ênfase, aos de Tocqueville, que teriam consistido em, através da análise do caso norte-americano, auxiliar os homens a moldarem instituições capazes de proporcionar o desenvolvimento e a sobrevivência da democracia. Mas mesmo Lipset entende que uma discussão sobre democracia necessita, de antemão, de definições. Desta forma, em sua ótica democracia é a configuração de um sistema social para a “resolução do problema da tomada de decisões da sociedade, perante grupos de interesses em conflito que permite à maior parte possível da população influenciar tais decisões por meio de sua capacidade de escolher entre alternativas de candidatos à administração política” (LIPSET, 2003, p. 200).

A democracia participativa, assente em rotatividade partidária e dos cargos de poder, consolidada com maior legitimidade onde os regimes burgueses não efetuaram a ruptura com o Antigo Regime pela forma revolucionária - o que proporcionou uma melhor aceitação pelas classes monárquicas tanto das regras do jogo como da concessão de alguns direitos aos trabalhadores, sempre estipulados de forma gradual e,

⁴ Seymour Martin Lipset foi um sociólogo americano que produziu sua teoria sob um caldo bastante eclético. Tendo sido em sua juventude marxista, posteriormente passou a preferir temas de investigação que giravam em torno da democracia burguesa americana. O que o faz ser uma fonte preciosa para a teoria do populismo, e também o torna vanguarda da teoria da modernização, é, talvez, um dos questionamentos centrais de suas investigações: sentia-se impelido a entender porque os Estados Unidos tinham sido a única sociedade ocidental capaz de ter conseguido evitar o florescimento de partidos com grande influência política de caráter socialista ou trabalhista. Uma de suas teses principais seria a de que, entre os americanos, o apreço pelo Estado mínimo, pela meritocracia e pelo individualismo, em suma, pelos credos liberais, teria sido a base do intenso desenvolvimento econômico, o que, por sua vez, proporcionaria uma equilibrada repartição da riqueza, gerando assim menos conflitos distributivos e uma maior aceitação do tipo burguês de democracia. Veja-se, por exemplo, o texto escrito em 1958 sobre aquilo que designa como “alguns requisitos sociais da democracia: desenvolvimento econômico e legitimidade política” (LIPSET, 2012).

de preferência, após certo período de industrialização -, é meridianamente liberal. As “fontes de equilíbrio de poder” para moderar as tensões, inextirpáveis da sociedade, o “recrutamento” e a “admissão” constante de novas camadas nas decisões de poder, a teoria da “sociedade de massas” pautada em Ortega y Gasset, em Mannheim, em Horkheimer, em Arendt, dentre outros, configuram os pressupostos desta forma de democracia, na visão de Lipset (2012, p. 218). O objetivo máximo dessa orientação teórica consiste em oferecer contribuições para organizações relativamente independentes do poder central, extirpando quaisquer potenciais ditaduras, por um lado, e revoluções, por outro. Trata-se, portanto, de uma democracia de cunho liberal, onde a liberdade é a liberdade política, a igualdade se restringe ao âmbito jurídico, ficando as questões econômicas excluídas de qualquer debate decisório amplo, democrático. É o regime da propriedade privada dos meios de produção.

Dessa forma, o que se expressa em Lipset nada mais é do que a teorização de cunho liberal de que entre Estado e sociedade civil devam existir “ordens constituídas” que amortecem o impacto do mal necessário que é o Leviatã, o órgão político interventor das liberdades. Esta tradição remonta ao século XVIII, de Montesquieu, que via no governo monárquico e no estabelecimento de “poderes intermediários, subordinados e dependentes”, isto é de “canais médios” (1973, p. 43), a melhor forma de contrabalancear o poder do príncipe. Perpassa por Tocqueville, no século XIX, que localiza a resistência à tirania da maioria no regramento da democracia e no “desenvolvimento gradual das instituições e dos costumes democráticos não como o melhor, mas como o único meio que resta de ser livres” (2005, p. 370). Alcançando o século XX onde encontra em Weber (2000) a ilustração da burocracia especializada na administração e do parlamento como âmbito qualificado para a formação de líderes políticos capazes de dirigir uma nação.

O horizonte intelectual do qual parte Weffort, que é aqui entendido como grande sistematizador da teoria do populismo, apesar do ecletismo de fundo, é essencialmente liberal, pois parametra as análises segundo a maior ou menor proximidade entre sociedade civil e estado, mensurando seu grau de legitimidade pela escassa ou abundante existência de instituições enquanto âmbitos mediadores do conflito político capazes de fazer da democracia uma verdade positiva. Daí que o populismo entendido enquanto culto ao poder público, onde o líder carismático se confunde com o próprio estado, que fala em nome das massas por meio de um paternalismo que chega ao contato direto, pelo corporativismo que traz para dentro do Estado as massas populares, pode ser, segundo esses fatores, identificado negativamente como irracional frente aos traços liberais mais coetâneos constitutivos do tipo ideal racional legal, conforme arcabouço instrumental analítico weberiano⁵.

5 Não atoa um estudo como o de Sônia Draibe concebe o processo industrializante brasileiro menos como uma formação social

Apenas como exemplo das derivações de tal proceder analítico, ao seguir essa linha argumentativa, o populismo seria uma espécie de parente menos desenvolvido de um fenômeno mais contundente: o conceito de totalitarismo. Fruto de um tortuoso e seletivo processo de construção, segundo Domenico Losurdo, o conceito constitui-se interpretativamente num “dedutivismo arbitrário e inconcludente” (2006, p. 65), especialmente na elaboração teórica sobre ele de Hanna Arendt⁶. Esse procedimento o qualifica enquanto um conceito polissêmico já que, tomando como modelo normativo os países liberais clássicos, ele possibilitaria enquadrar explicativamente tanto a Alemanha nazista, a URSS de Stalin e a Itália fascista em suas respectivas formações socioeconômicas estruturadas por ideologia de Estado, partido único, direção individual, terrorismo, monopólio da comunicação e da violência e por uma economia diretamente governada pelo poder central (Ibid, p. 68), ou seja, exatamente pelos padrões opostos ao que ordena o pensamento teórico societal liberal.

Ao procurarmos a gênese do conceito estaremos elencando exatamente o fundamental da proposição weberiana enquanto construto tipológico, já que para as ciências sociais “a validade objetiva de todo o saber empírico baseia-se única e exclusivamente no fato de a realidade dada se ordenar segundo categorias subjetivas” (WEBER, 2003, p. 72). Isto é, estaremos captando a situação histórica de sua formulação, extraindo o sentido atribuído pela época e pelo contexto de onde o pesquisador sublinha determinados elementos e os ordena mentalmente, vinculando-os a conceitos para serem utilizados como meios de descrição comparativa da infinidade de manifestações particulares do real.

Da mesma forma, ao estabelecer uma distinção entre o que é o concreto e o que deve ser o conceitual, tornando-as naturezas distintas e inviabilizando qualquer tentativa de media-las em suas oposições, a teoria do populismo, ao invés de lançar luz sobre as relações sociais, revelando aquilo que lhe põe determinações, carrega como sintoma maior sua mistificação. Ela embarga, assim, a efetiva tarefa da investigação científica, que é a demonstrar os vínculos causais múltiplos e recíprocos dos fenômenos entre si através de um mergulho na realidade. O embasamento epistemológico que descarta a unidade contraditória entre fenômeno e essência acaba por tomar a imediaticidade como verdade, invertendo processo e resultado na ciência:

Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar

competitiva promovida por atores conscientes, conforme seria desejável para a visão liberal, e mais como uma política que hipertrofia o Estado, tornando-o um “Leviatã” açambarcador da sociedade, um poder centralizado “que atua soberanamente no âmbito de toda nação” (2004, p. 55).

⁶ Segundo o historiador Eric Hobsbawm totalitarismo foi “um termo que se tornou popular entre os críticos do comunismo após a Segunda Guerra Mundial, tendo sido inventado na década de 1920 pelo fascismo italiano para descrever seu próprio projeto. Até então fora usado quase exclusivamente para criticá-lo e ao nacional-socialismo alemão”. (HOBSBAWM, 1995, p. 383). Lembramos ao leitor que a obra de Hanna Arendt “As origens do totalitarismo” é de 1951.

suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento do real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori. (MARX, 2013, p. 90)

Não surpreende que o próprio Weber, imerso que estava em seu método de construção de imagens mentais retiradas do inesgotável, porém pouco apreensível fluxo fenomenológico do real, acuse o próprio Marx de ter construído tipos-ideais (2003, p. 64). Contudo, além de seu pressuposto filosófico ter uma base totalmente distinta, ele não estudara a fundo as obras de Marx e, “sem jamais atravessá-lo criticamente” (COHN, 1979, p. 78), lhe foi vedada a possibilidade, já de antemão, de estabelecer um julgamento adequado da teoria social de Marx, como por vezes tentara.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crítica aqui estabelecida, de cunho metodológico e que torna bastante questionável o uso do conceito para apreensão de qualquer fenômeno político, parte da concepção de que a ciência tem por função refletir ao máximo o movimento dialético da realidade em seu processo de objetivação. Conforme a tradição dialética, o real é racional e, sendo assim, as categorias em Marx (2008a) são expressões da existência, determinações dos próprios modos de ser daquele real e, portanto, se a ciência deseja conhecer a essência de algo ela deve traduzir esse real enquanto concreto pensado, abstratamente em teoria. Nesse sentido, o conceito de populismo ao se configurar enquanto tipo ideal percorre exatamente o caminho inverso. Apesar de pinçar traços da realidade para formar o tipo, ele é selecionado pela preferência política do pesquisador, que vai tornar caracterizado o objeto por esses traços seletivos gerando um arquétipo cuja função consiste em saber se realidade se aproxima ou não daquela formulação.

Conforme tivemos oportunidade de esmiuçar nas linhas desse estudo, essa problemática abordagem decorre inevitavelmente da concepção filosófica que permeia todo seu arcabouço teórico-metodológico, pois ela é expressivamente condicionante para com os resultados do empreendimento científico:

o que é muitíssimo mais importante é que uma determinada base filosófica oferece possibilidades, mais ou menos vastas, ao desenvolvimento dos problemas e que, por consequência, existe uma relação entre o fundamento filosófico de uma concepção e os limites teóricos e práticos que o raciocínio que parte dela não pode superar. (KOSIK, 1982, p. 102)

Na medida em que impede qualquer vínculo entre o material empírico, que é inextricavelmente caótico, e a conexão causal, que só pode ser um produto mental, a própria fundamentação epistemológica da teoria do populismo coloca impedimentos que seus desdobramentos posteriores, uma vez aceitos seus postulados, não conseguem superar senão pelo abandono do próprio campo investigativo, uma vez que o ecletismo não pode consistir numa solução duradoura e congruente. Portanto, submeter à crítica uma interpretação significa ir às raízes de sua elaboração, examinar racionalmente seus fundamentos e procurar perceber se são capazes de proporcionar um desenvolvimento teórico-metodológico adequado de problemas concretos que a realidade humana constantemente nos proporciona.

Ao passo que para a concepção liberal as instituições intermediárias são necessárias para preservar o cidadão, posto na sociedade civil, da tirania absoluta do estado, em Marx essas mediações políticas são elas próprias as responsáveis pela alienação (separação) do homem. Representando no campo científico a fragmentação e compartimentalização humana, a economia política e a filosofia clássica não fazem senão espelhar em seus respectivos campos a concepção parcial, primeiro como *homo economicus*, unicamente voltado para produzir a riqueza material na forma de mercadorias, e depois em sua abstratividade ética, onde o postulado moral deve necessariamente ser irrealizável, distante que esta da natureza egoísta e individualista do homem. Portanto, ao expressarem o ponto de vista do assalariamento e da propriedade privada, a base filosófica do conceito de populismo legitima a alienação ao vedar ao ser humano, que é um ser genérico, a compreensão da realidade social enquanto práxis, isto é, como fruto de sua própria ação criadora. O homem concebido em sua totalidade, pela articulação recíproca e dialética entre todas as esferas de sua existência, não pode ser separado do fruto de seu trabalho realizado perante a natureza, que o hominiza e que o torna consciente de seu caráter de agente histórico (MARX, 2008b). É por isso que em Marx não o parlamento, nem as eleições formais e tampouco os partidos políticos de tipo burguês - que formam parte do Estado e que não perfazem algo qualitativamente distinto da sociedade civil, mas a expressão política de seu conflito enquanto necessário amortecimento do antagonismo de classes -, mas a comuna e os conselhos populares enquanto forma política da emancipação social do trabalho (MARX, 2011b) constituem a democracia substancial.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, V. N. F.; SARTÓRIO, L. A. V. A crítica chasineana à analítica paulista. *Verinotio*. Revista on-line de educação e ciências humanas. n. 9, ano V, nov. 2008. p. 135-153.

CHÁSIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Revista ensaio*. n. 17/18, 1989.

- COHN, G. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- CORSI, F. L. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora Unesp: Fapesp, 2000.
- DRAIBE, S. M. *Rumos e metamorfoses*. Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.
- FERREIRA, J. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. p. 59-124.
- GOMES, M. A. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. p. 17-57.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. v. 5.
- HOBSBAMW, E. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.
- _____. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.
- KOFLER, L. *História e dialética*. Estudos sobre a metodologia da dialética marxista. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.
- KOSIK, K. A dialética da moral e a moral da dialética. In: Volpe, G. D. [et al]. *Moral e Sociedade: atas do convênio promovido pelo Instituto Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.99-117.
- LIPSET, S. M. Alguns requisitos sociais da democracia: desenvolvimento econômico e legitimidade política. *Primeiros estudos*, São Paulo, n. 2, p. 198-250, 20102.
- LOSURDO, D. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. *Crítica marxista*, n. 35, p. 41-58, 2012.
- LUKÁCS, G. O particular à luz do materialismo dialético. In: _____. *Introdução à uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978. p. 73-122.
- MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- _____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão popular, 2008a.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008b.
- MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, Baron de la. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- RAMOS, P. A. *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis: Vozes Ltda, 1980.
- SKIDMORE, T. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, Brasília: Editora da universidade de Brasília, 2000.

_____. *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais*. São Paulo: Centauro, 2003.

WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. O nacionalismo, o populismo e o que restou do legado político e econômico de Vargas. In: SZMRECSÁNYI, T.; GRANZIERA, R. G. (Org). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 157-170.